

Artigo

UM JARDIM DE INFÂNCIA PARA “TREINAMENTO DAS PROFESSORAS”: AS PRÁTICAS DOCENTES NO JARDIM ANEXO À ESCOLA NORMAL (BRASÍLIA, DÉCADA DE 1970)

Etienne Baldez* 

RESUMO

Neste artigo o foco se volta para a constituição do Jardim de Infância anexo à Escola Normal de Brasília (ENB) para as práticas engendradas pelas professoras, na década de 1970. Desde 1966 é possível encontrar a menção da construção da Escola Normal de Brasília no jornal Correio Braziliense, apontando a existência de uma creche, um jardim de infância e uma unidade maternal. Pouco se sabe sobre esses espaços pelos estudos que se voltaram para a história da educação em Brasília desde a constituição da capital, em 1960. Por meio do cotejamento de publicações científicas, pela perspectiva da Histórica Cultural, e documentos oficiais, notícias no jornal, e vestígios de práticas que também aparecem em cadernos de crianças que estiveram matriculadas nesse jardim, é possível apontar um diálogo entre as práticas docentes no Jardim de Infância da ENB e as que circulavam em manuais voltados para professoras do pré-escolar durante o período.

Palavras-chave: Jardim de Infância da ENB, pré-escolar, cadernos de crianças, manuais para professoras.

* Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, Brasil.

UN JARDÍN DE INFANCIA PARA “FORMACIÓN DE PROFESORES”: PRÁCTICAS DOCENTES EN EL JARDÍN ADJUNTO A LA ESCUELA NORMAL (BRASILIA, AÑOS 1970)

RESUMEN

En este artículo la atención se centra en la creación del Jardín de Infantes adscrito a la Escuela Normal de Brasília (ENB) para las prácticas engendradas por los profesores en la década de 1970. Desde 1966, es posible encontrar menciones a la construcción de la Escuela Normal de Brasília en el periódico *Correio Braziliense*, señalando la existencia de una guardería, un jardín de infantes y una unidad de guardería. Poco se sabe sobre estos espacios a partir de estudios que se centraron en la historia de la educación en Brasília desde la constitución de la capital en 1960. Al comparar publicaciones científicas, desde la perspectiva de la Historia Cultural, y documentos oficiales, noticias en el periódico y rastros de prácticas que también aparecen en los cuadernos de los niños que estuvieron inscritos en este jardín, es posible señalar un diálogo entre las prácticas docentes en el Jardín de la ENB y los que circularon en manuales dirigidos a docentes de preescolar durante el período.

Palabras clave: ENB Jardín de infantes, preescolar, cuadernos infantiles, manuales para docentes.

A KINDERGARTEN FOR “TEACHERS’ TRAINING”: TEACHING PRACTICES IN THE KINDERGARTEN ATTACHED TO THE NORMAL SCHOOL (BRASILIA, 1970S)

ABSTRACT

In this article, the focus turns to the constitution of the Kindergarten attached to the Escola Normal de Brasília (ENB) for the practices engendered by the teachers in the 1970s. Since 1966, it has been possible to find mention of the construction of the Escola Normal de Brasília in the newspaper *Correio Braziliense*, pointing out the existence of a daycare center, a kindergarten, and a nursery unit. Little is known about these spaces from studies that have focused on the history of education in Brasília since the capital’s constitution in 1960. Through the comparison of scientific publications, from the perspective of Cultural History, official documents, news in the newspaper, and traces of practices that also appear in notebooks of children who were enrolled in this kindergarten, it is possible to point out a dialogue between teaching practices in the kindergarten of ENB and those that circulated in manuals aimed at pre-school teachers during the period.

Keywords: ENB Kindergarten, preschool, children’s notebooks, manuals for teachers.

UN JARDIN D’ENFANT POUR “FORMER DES PROFESSEURS”: PRATIQUES PÉDAGOGIQUES DANS LE JARDIN ATTACHÉ À L’ÉCOLE ORDINAIRE (BRASILIA, ANNÉES 1970)

RÉSUMÉ

Dans cet article, l’accent est mis sur la constitution de l’école maternelle rattachée à l’Escola Normal de Brasília (ENB) pour les pratiques engendrées par les enseignants dans les années 1970. Depuis 1966, il est possible de trouver mention de la construction de l’Escola Normal de Brasília. dans le journal *Correio Braziliense*, soulignant l’existence d’une garderie, d’un jardin d’enfants et d’une crèche. Ces espaces sont peu connus à travers les études qui se sont concentrées sur l’histoire de l’éducation à Brasília depuis la constitution de la capitale en 1960. À travers la comparaison des publications scientifiques, du point de vue de l’Histoire culturelle, et des documents officiels, des informations dans les journaux, et des traces de pratiques qui apparaissent également dans les cahiers des enfants inscrits dans cette école maternelle, il est possible de signaler un dialogue entre les pratiques pédagogiques de l’école maternelle ENB et celles qui circulaient dans les manuels destinés aux enseignants du préscolaire au cours de cette période.

Mots-clés: ENB Maternelle, préscolaire, cahiers pour enfants, manuels pour enseignants.

INTRODUÇÃO¹

O presente trabalho tem como objetivo central a compreensão da constituição do Jardim de Infância anexo à Escola Normal de Brasília (ENB) e das práticas ali engendradas na década de 1970. O recorte temporal considera o ano de inauguração da Escola Normal de Brasília em novo espaço, em 1971, porque, nessa configuração, contemplou-se a Escola de Aplicação, contendo o pré-primário, com a indicação do Jardim de Infância e Escola Maternal. Percorresse, portanto, a primeira década após essa reinauguração com a intenção de apreender aspectos da prática docente e das pessoas (professoras e crianças) que frequentaram o Jardim de Infância, para melhor compreender sua historicidade.

Tal caminho investigativo aqui traçado se entrelaça com o estudo realizado por Santos (2020)², considerando-o e ampliando suas discussões, no sentido de permitir uma reflexão histórica publicizada sobre a educação pré-escolar em Brasília, na segunda década após a constituição da capital. Com o foco em um cotejamento dos estudos que tinham se voltado para a Escola Normal, seja a de Brasília ou outra que pudesse ser a ela relacionada pelo viés das práticas ali realizadas, escopo também do seu trabalho, Santos (2020) localiza pesquisas com teor histórico (SALVIANO, 1995; AMARAL, 2014), ou que se debruçam na relação entre currículo, conceitos educacionais, prática e formação docente (SOUZA, 1994; BARBOSA, 1997), ou que se atentam para a política formativa empreendida por uma Escola Normal pública (ANGOLA, 2008).

Todavia, em seu diálogo com a bibliografia, demonstrou que apenas um estudo tratou da tríade formação de professores da educação infantil e anos iniciais, considerando o curso Normal de Magistério e o curso de Pedagogia, em uma perspectiva temporal mais recente (FREITAS, 2013). O mapeamento realizado por Santos (2020) nos indica que ainda precisamos considerar em nossas investigações a constituição de espaços e práticas de educação da criança pequena, ao longo da história de Brasília.

Contudo, alguns estudos têm se voltado para a discussão do pré-escolar ou pré-primário em Brasília, desde a sua instituição como capital. Baldez, Guimarães e Tavares (2023) fizeram um movimento de inventariar as fontes que permitem tratar da história da educação da criança pequena no Distrito Federal e demonstram que a creche, na primeira década da capital, já comparecia no jornal *Correio Braziliense* como um espaço assistencialista, contudo, com uma representação que a indicava, também, com um “viés pedagógico e não somente espaço de guarda” (BALDEZ; GUIMARÃES; TAVARES, 2023, p. 97).

¹ O presente artigo é uma publicação decorrente do projeto de pesquisa “Culturas infantis e práticas docentes na educação infantil: materialidade, identidade, participação, circulação e linguagens investigadas”, financiado com recursos do Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional (Chamada Interna 0002/2022), ao qual registro agradecimento.

² No sentido de que faz parte das construções historiográficas originadas no projeto de pesquisa: *Jardins de Infância no Distrito Federal: uma história da sua institucionalização (1960-1980)*. Nessa direção, registra-se a pesquisa e escrita científica realizada por Ana Caroline Alves do Amaral dos Santos no âmbito da graduação.

Sobre os jardins de infância, as autoras acompanham seu surgimento, antes mesmo da inauguração da nova capital, dialogando com a arquitetura dos jardins e apontando que: “nas notícias circuladas no jornal, esses ambientes foram apresentados como sendo pensado para todos, independentemente da classe social que o indivíduo pertencia” (BALDEZ; GUIMARÃES; TAVARES, 2023, p. 102).

Pinto, Müller e Anjos (2018, p. 1) evidenciam os esforços de organização da rede de educação em Brasília, no período de construção e inauguração da capital, apontando a dicotomia entre um “projeto educacional inovador” e a sua efetivação “em meio a utopias, sobretudo a de superar os problemas sociais dos grandes centros urbanos brasileiros”. Os autores demarcam que houve um rápido crescimento do sistema educacional brasileiro e que, ao final de 1959, “antes sequer da inauguração oficial da cidade, havia no DF mais de 100 professoras contratadas, distribuídas em 18 escolas primárias e três Jardins de Infância” e que “o número de crianças matriculadas em instituições educacionais públicas e privadas ultrapassava as seis mil” (PINTO; MÜLLER; ANJOS, 2018, p. 7).

Por sua vez, Barbosa (2021) acompanha a coluna da jornalista Yvonne Jean ao longo de quatro anos, no jornal *Correio Braziliense*, mapeando o que nela comparecia sobre os jardins de infância em Brasília e sistematiza as principais questões que ali eram apontadas:

Acesso para todas as crianças aos jardins de infância – portanto, a necessidade de construção conforme estava no planejamento de Brasília; manutenção das unidades criadas; acompanhamento das práticas dispensadas às crianças e o destaque para a capacidade dos pequenos e seu desenvolvimento potencial ao frequentar o Jardim de Infância (BARBOSA, 2021, p. 15).

Seja considerando a manutenção das unidades ou a atenção às práticas pedagógicas exercidas nos jardins de infância em Brasília, nas primeiras décadas de sua constituição, é pertinente investigar como que a materialidade escolar (objetos e móveis) comparecem nessa relação e o que possibilitavam às crianças matriculadas nos jardins de infância.

Nessa direção, Barbosa (2021) trabalhou com três colunas do jornal *Correio Braziliense*³ e, no confronto do publicado no periódico com a documentação oficial do período, a autora identifica que havia uma indicação para o governo do que era urgente ser considerado: “aquisição de mobiliário e equipamento para as escolas, o que inclui os Jardins de Infância, já que eles faziam parte do sistema de ensino e eram considerados como as escolas das crianças pequenas” (BARBOSA, 2021, p. 226).

Apesar desse movimento historiográfico aqui indicado, ainda não foi considerado em estudos o Jardim de Infância anexo à Escola Normal de Brasília como mote investigativo. O que nos permite tomar outros espaços, sujeitos e práticas para a compreensão desse jardim, atentando-se para aquilo que Ginzburg (1989, p. 177) cunhou como método indiciário, no

³ As colunas e seus respectivos escritores eram: Visto, Lido e Ouvido, de Ari Cunha; Sociais de Brasília, de Katucha e O Ensino Dia a Dia, de Yvonne Jean (BARBOSA, 2021).

sentido de que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.

Kuhlmann Jr. (2007) pontua de que, a História da Educação Infantil, deve considerar que “as instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância”, tomando também a história “da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção, etc.”, sem desconsiderar, “é claro, com a história das demais instituições educacionais” (KUHLMANN JR., 2007, p. 16).

Nesse sentido, voltando o olhar para o Brasil e como se iniciou a educação da criança pequena, é possível indicar a primeira iniciativa no século XIX, com a inauguração do Jardim de Infância, do médico Menezes Vieira, no Rio de Janeiro (1875). Bastos (2011, p. 19) informa que o referido jardim tinha como objetivo “servir uma clientela de elite, atendendo a crianças do sexo masculino, de 3 a 6 anos”, que realizavam práticas relacionadas “à ginástica, à pintura, ao desenho, aos exercícios de linguagem e de cálculo, à escrita, à leitura, à história, à geografia e à religião”.

Se esse era o currículo das atividades no século XIX, baseado em uma prática froebeliana, conforme demonstra a autora, como seria um Jardim de Infância que carrega o mesmo nome, mas que se constituiu no século XX? Essa foi a primeira questão levantada ao se pensar em investigar a história de uma instituição de educação da criança pequena em Brasília, DF.

Atentando-se para o Distrito Federal, a estrutura do sistema de ensino foi contemplada no Plano de Construções Escolares de Brasília, publicado por Anísio Teixeira (1961). No referido plano, o Curso Normal é previsto em Centros de Educação Média, compreendendo um conjunto de edifícios destinados a Escola Secundária Compreensiva⁴. Uma década depois, em 1971, o Curso Normal foi transferido para um novo edifício, denominando-se como Escola Normal de Brasília (1971), com uma Escola de Aplicação, contendo o pré-primário e o primário (PEREIRA, 2011).

O foco aqui se volta para o Jardim de Infância que, como caracterizado em uma notícia sobre a conclusão das obras da Escola Normal de Brasília, seria o espaço “para treinamento das professoras” (CB, 07/06/1966, p. 9).

As fontes que nos permitiram contar um pouco mais sobre a Escola Normal de Brasília e o Jardim de Infância fazem parte de dois acervos: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN) – com jornais e revistas – e Museu de História da Educação do Distrito Federal (MHEDF) – com documentos diversos sobre as referidas instituições educativas, como o intitulado Jardins de Infância no D.F (GDF, 1972), que apresenta o histórico da educação e do pré-escolar em Brasília.

⁴ A menção ao Curso Normal comparece quando se trata do espaço para a construção da Escola Secundária Compreensiva: “Escola média compreensiva: As exigências da técnica pedagógica determinaram a localização do Ensino Técnico-industrial e do Curso Normal ou Pedagógico em blocos independentes, ainda que próximos do bloco construtivo que reúne os demais cursos construtivos da Escola Secundária Compreensiva mais acima enumerados. Assim, esses cursos foram localizados em 3 blocos de construção formando um conjunto dentro do Centro de Educação Média” (TEIXEIRA, 1961, p.199).

A escolha pelo acervo da HDBN se dá por entender que os jornais e revistas – ainda que não sejam de cunho educativo e tenham suas intencionalidades ideológicas editoriais que precisam ser consideradas e problematizadas – diante da perspectiva da Nova História, permitem uma aproximação do pesquisador com o seu objeto de investigação, a partir de outra maneira de representação, de transmissão e de recepção que não seja somente por fontes oficiais (como relatórios de governo, de professoras; publicações sobre o ensino no período; legislações; etc.). Como aponta Chartier (1997):

Os textos não existem em si mesmos, fora das materialidades (quaisquer que sejam) que deles são os suportes e os veículos. Contra essa “abstração”, é preciso lembrar que as formas que fazem com que os textos sejam lidos, ouvidos ou vistos participam também da construção de sua significação. O mesmo texto, fixado pela letra, não é o “mesmo” se mudam os dispositivos de sua inscrição ou de sua comunicação (CHARTIER, 1997, p. 67).

Nesse sentido, se a informação disposta no jornal ou na revista for a mesma ou parecida com o que está posto em publicações outras, ela é importante não somente pela mudança do suporte que a conduz, como também pelos sentidos que aquele impresso tem na sociedade.

Em Brasília, no período aqui investigado, o jornal Correio Braziliense (CB) tem seu primeiro número publicado com a data de inauguração da capital, 21 de abril de 1960. Que também é o nome do primeiro Jardim de Infância, o 21 de abril, pela data de sua inauguração. Foi o jornal que por mais tempo circulou, e circula ainda hoje no Distrito Federal, sendo “o único inteiramente produzido na própria cidade, o que aumenta sua importância histórica para quem quer entender Brasília nos seus primórdios” (ANJOS, 2022, p. 43).

A ideia de diálogo com (jornais impressos como) fontes da história (da educação) é procedimento vital numa lógica de pesquisa histórica não positivista, isto é, que não toma o dito da fonte como verdade que endossa outras verdades (RIBEIRO, SILVA, SILVA, 2014, p. 229).

Ainda foram consideradas outras fontes como parte da investigação, tais como: entrevistas, fotografias, cadernos escolares, e manuais voltados para o ensino pré-primário. Foi possível encontrar muitos desses registros através de pessoas que, quando eram crianças, frequentaram o Jardim de Infância da ENB no período aqui investigado⁵.

O caderno escolar aqui comparece como um exemplo dessas fontes que registraram a vida das crianças no Jardim de Infância. Aqui eles são entendidos como fonte primária, concordando com Gvirtz (1996) quando afirma que:

(...) o caderno que os alunos usam diariamente, tanto para registrar mensagens quanto para desenvolver atividades, atende a duas condições que o tornam de interesse. O primeiro, sua capacidade de preservar o que está registrado, um caráter que distingue-o de outros espaços

⁵ Foi feita uma busca pelas redes sociais – Facebook e Instagram – por grupos e/ou publicações que remetessem, no nome ou título, à história de Brasília e da educação na capital. Ao localizar imagens relacionadas ao Jardim de Infância anexo à Escola Normal, com indicação do mesmo período investigado neste estudo, foi enviada uma mensagem para o responsável pela página ou publicação. Com tal procedimento, localizou-se uma pessoa, do gênero feminino, que havia estudado na referida instituição na década aqui investigada, e que possuía os cadernos que utilizou naquele período. A pessoa digitalizou os cadernos e doou a digitalização para a pesquisa, assim como a da cartilha Ataliba.

de escritura. (...). A segunda condição é que o caderno seja um espaço de interação entre professores e alunos (...). (GVIRTZ, 1996, p. 5 – tradução nossa).

Nogueira, Arruda e Gonçalves (2018) demarcam que existem muitas nomenclaturas para os cadernos escolares, tais como: cadernos de alunos, cadernos de português, cadernos, entre outros. Assim como os autores sistematizam, também “por meio deste estudo, observamos que os cadernos escolares podem proporcionar uma gama de possibilidades de pesquisa” (NOGUEIRA, ARRUDA, GONÇALVES, 2018, p. 636), que nos permita adentrar o campo da História da Educação e identificar a diversidade de abordagens e práticas, considerando o Jardim de Infância da Escola Normal de Brasília.

Sobre as orientações voltadas às professoras do Jardim de Infância ou curso pré-primário/pré-escolar, informa-se que a pesquisa considerou autores(as) cujas obras serviram como referencial pedagógico na década de 1970 (FILHO, 2008). Nesse momento, o uso de manuais voltados às professoras de jardins de infância foi tomado como escopo, mas com um movimento que os localiza a partir do acervo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB), após indicação de sua circulação nos jornais brasileiros, no mesmo período de investigação do Jardim de Infância anexo à Escola Normal de Brasília.

Os livros considerados na pesquisa e denominados aqui como manuais pedagógicos são obras foram escritas para serem lidas e consultadas por docentes na educação pré-escolar ou pré-primária, entre as décadas de 1960 e 1970 no Brasil, seja em traduções ou brasileiras. O que diferencia essas obras dos chamados manuais escolares ou manuais didáticos, que eram direcionados aos estudantes e professores. Dessa forma, concorda-se com o disposto por Silva e Correia (2004, p. 614) quando escrevem que:

[...] embora tanto os manuais pedagógicos quanto os manuais destinados às crianças destinem-se ao uso escolar, importa notar as especificidades dos livros escritos para os professores, uma vez que guardam uma lógica particular de produção. O que procuraremos evidenciar ao longo deste trabalho é que esses manuais são um lugar de construção e circulação de saberes profissionalizantes que, curiosamente, ainda não se afirmam no conjunto das pesquisas sobre o corpo docente e sua formação como um objeto histórico legitimado.

Apresentado esse primeiro quadro do escopo e organização deste estudo e como se delineou a pesquisa desenvolvida, demarca-se que o presente se subdivide em três momentos: o primeiro que se atenta para a constituição da Escola Normal de Brasília; o segundo, que apresenta a configuração do Jardim de Infância anexo à ela e a circulação de orientações às professoras que trabalhavam com o pré-escolar; e o terceiro, que se volta para considerações sobre as possíveis práticas ali realizadas.

LOCAL ONDE SE FORMAM AS PROFESSORAS PRIMÁRIAS E PRÉ-ESCOLARES NA CAPITAL DO PAÍS

Brasília foi inaugurada em 1960. Uma década onde muitos eventos políticos, sociais e econômicos abalaram os sistemas educativos em diversos pontos do território brasileiro, tais como: a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4.024/61), que atrelava à função da escola à preparação para o trabalho; o golpe militar de 1964; as atuações de Paulo Freire frente à alfabetização, com um método que permitia aos adultos analfabetos partirem do seu contexto para aprender palavras novas e serem integrados à sociedade por meio da leitura; o movimento feminista e de libertação sexual; a Reforma Universitária (Lei 5.540/68), elaborada em tempo recorde – 4 meses – que no seu terceiro artigo tratava da autonomia didático-científica, mas que, sua construção, era para pensar esse local que servia como um espaço de mobilização dos alunos, o que, naquela conjuntura política, era passível de controle (ARANHA, 1996; BORGES, 2005; RIBEIRO, 2003; FRIGOTTO, 2010; GATTI, 2001).

O capítulo IV da LDB 4.024/61 trata da Formação do Magistério para o Ensino Primário e Médio. No que concerne ao ensino primário, a formação ocorreria na Escola Normal, durante quatro anos, com preparação pedagógica de um ano (art. 53º) ou no Instituto de Educação, além de cursos de especialização, administração escolar e aperfeiçoamento (art. 54º). Publicada a Lei Nacional, os estados tinham que organizar as instituições adequando ao prescrito. Tanuri (2000, p. 77) pontua que ainda se fazia presente a metodologia do ensino herdada do ideário escolanovista e que a modernização do ensino atinge “também o ensino primário e a formação de seus professores”.

Apesar de não nomeada claramente na legislação, entende-se que a pré-escola ou o pré-primário, voltada para a criança na faixa etária de 4 a 6 anos, estava contemplada na formação, principalmente considerando o ano de prática pedagógica específica e os cursos de especialização, que poderiam ser direcionados para essa etapa da educação formal. Como retoma Campos (1999, p. 127), quando se tratava de formular os “pressupostos básicos para a formulação de propostas pedagógicas para essa faixa etária e para o delineamento da formação prévia e em serviço dos profissionais que trabalham nas creches e nas pré-escolas”, a maioria dos países partia do estudo sobre o desenvolvimento infantil.

Outro marco legal que trouxe mudanças significativas na formação docente foi a Lei 5.692/71, implantada durante o regime militar e responsável pela reforma do ensino de primeiro e segundo grau. De acordo com Torres (2007, p. 50), essas modificações “descaracterizam o curso de formação de professores, não oferecendo uma preparação pedagógica consistente a esses profissionais, assim como descaracterizou a escola e os currículos de formação”.

A partir dessa lei, os cursos primário e ginásial foram unificados, recebendo a denominação de primeiro grau, com isso, a duração de quatro anos foi ampliada para oito anos; já o segundo grau, antigo colegial, assumiria características de um ensino profissionalizante (BRASIL,



1971). No que diz respeito a formação de professores, a Lei 5.692/71, em seu capítulo V, Dos Professores e Especialistas, diz que para lecionar no ensino primário seria exigida habilitação específica de 2º grau (art. 30º). Essa mudança na educação do país atingiu o ensino da Escola Normal, que passou a ser substituído pela habilitação de magistério, como pontua Sheibe e Valle (2007, p. 263):

A escola normal tradicional deixou de existir. A “habilitação magistério” regulamentada em 1972, que a substituiu, foi organizada de forma a apresentar um núcleo comum de formação geral (constituído de disciplinas da área de comunicação e expressão, estudos sociais e ciências) e uma parte de formação especial (abrangendo os fundamentos da educação, a estrutura e o funcionamento do ensino de primeiro grau, e a didática que incluía a prática de ensino). Fica evidente nesses dispositivos legais a forte influência da concepção tecnicista que caracterizou o pensamento educacional oficial nesse período, destacando-se a fragmentação do curso, a grande diversificação de disciplinas no seu currículo com prejuízos para uma formação geral e o esvaziamento da habilitação em termos de saberes pedagógicos consistentes.

Durante esse período, a concepção de ensino tecnicista foi introduzida no sistema de ensino brasileiro, e visava a preparação para o mercado de trabalho “com ênfase no desenvolvimento de habilidades, atitudes e conhecimentos necessários à integração no processo produtivo” (SILVA, 2016, p. 204). A Lei 5.692/71 determinava um ensino meramente técnico, preocupado apenas com a formação de mão-de-obra rápida, que pudesse favorecer a economia do país (FREITAS, 2013; SILVA, 2016). Em relação a pré-escola, a legislação não oferece maiores detalhes sobre a formação de professores para atuar nessa área, apenas menciona que “os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes” (BRASIL, 1971, art. 19º).

Sendo esse o contexto legal das décadas de 1960 e 1970, quando se volta para Brasília, recorda-se que a nova capital estava saindo do papel no final da década de 1950, localizada no Planalto Central, seguindo a ideia de que “para o Brasil dos anos 1940-1950, a cidade nova deve ser pensada à imagem da nacionalidade brasileira” e isso implicava uma intenção de “dar coerência a uma sociedade não mais dividida, mas reconciliada em torno do mesmo projeto de futuro” (VIDAL, 2009, p. 174).

Se a nova capital carregava uma construção ideológica, pensou-se em um sistema educacional que fosse harmônico ao projeto urbanístico, de caráter inovador e moderno, a fim de atender às necessidades da população. Por essa incumbência ficou responsável Anísio Teixeira, à época diretor do Instituto Nacional de Estudos pedagógicos (INEP), que elaborou o plano educacional da nova capital, denominado Plano de Construções Escolares de Brasília.

O plano educacional contemplava os três níveis de ensino: primário, secundário e superior. O nível primário seria realizado em Centros de Educação Elementar, compondo Jardins de Infância, Escolas-classe e Escolas-parque. Para o nível secundário estava previsto a construção de Centros de Educação Média. Um dos objetivos desses Centros era reunir todos os cursos de nível médio e, dessa forma, promover maior sociabilidade entre os estudantes que,

mesmo não sendo da mesma turma, realizavam atividades em comum em espaços destinados ao uso coletivo, tais como: biblioteca, piscina e grêmios (KUBITSCHKEK, 2000). Já o ensino superior, dentro dessa proposta educacional, seria concretizado mediante a construção da Universidade de Brasília.

Na constituição do Curso Normal em Brasília, destaca-se que ele estava integrado ao Centro de Educação Média e que ocorreram três etapas de funcionamento desse curso. No início, as atividades eram realizadas no Centro de Educação Média CASEB⁶. Logo, em 1961, o Curso Normal foi transferido para o Centro de Educação Média “Elefante Branco” (CEMEB), permanecendo nesse local por quase uma década. Por fim, em 1970, foram inauguradas as instalações definitivas da Escola Normal de Brasília (RAMOS, 1990; PEREIRA 2008).

De acordo com Pereira (2006), em 1961, o Curso Normal foi transferido para o Centro de Educação Média Elefante Branco e permaneceu nesse local por quase uma década. Os trabalhos deram início sob a coordenação da professora Maria Conceição de Freitas Murat Gebaili, que ocupou o cargo em 1961 e continuou até o ano de 1969 (GEBAILI, 1990).

A Escola de Aplicação foi construída nesse período, próxima ao CEMEB. No início, instalada num prédio provisório, a “escolinha”, como passou a ser chamada, possuía uma estrutura física reduzida, com poucas salas de aula, não dispunha de mobiliário, atendia aproximadamente 100 alunos de 1^a a 5^a série do ensino primário (ROCHA, 1990a; ROCHA, 1990b). A professora Anna Bernardes da Silveira Rocha foi a primeira diretora dessa instituição e ela recorda que “o não dispormos de móveis, propiciou-nos uma das mais ricas experiências educacionais: o ensino fora da escola” (ROCHA, 1990a, p. 27).

No final da década de 1960, a Escola de Aplicação foi transferida para o Centro de Ensino Médio Elefante Branco (CEMEB), pois o local que funcionava a instituição seria desativado para a construção das instalações definitivas da Escola Normal de Brasília. Então, em 1971, a Escola de Aplicação passou a funcionar no novo edifício da Escola Normal de Brasília, com dez salas de aula, amplo espaço, e oferecendo todo o suporte necessário para a realização das atividades pedagógicas (PEREIRA, 2008). Ainda sobre o trabalho realizado por essas duas instituições, Pereira (2011) explica que:

Na nova estrutura física, as atividades desenvolvidas pelo Curso Normal e pela Escola de Aplicação tiveram continuidade e foram ampliadas com a criação do Jardim de Infância e Escola Maternal. Registra-se, porém que a creche nunca chegou a funcionar (PEREIRA, 2011, p. 195).

6 O Centro de Educação Média, projetado para receber os cursos de nível secundário, não ficou pronto até a data de inauguração de Brasília. Diante dessa necessidade, o Ministério da Educação, representado pelo ministro Clóvis Salgado, delegou à Comissão de Administração do Departamento Nacional de Educação (CASEB) a construção de um prédio provisório para atender os alunos dos cursos ginásial, colegial e normal. Dessa forma, naquele período, a CASEB ficou responsável pela organização do “sistema de ensino: seleção de professores, organização dos currículos, efetivação das matrículas, aquisição de equipamento e material escolar, montagem dos órgãos provisórios de administração da educação etc.” (HIDELBRAND, 1990, p. 7). Logo o prédio foi inaugurado e se tornou o primeiro Centro de Educação Média da Capital Federal, recebendo o nome de CASEB, mesmo nome do órgão que constituiu essa instituição.

As instalações da Escola Normal de Brasília (ENB) possuíam 18 mil metros quadrados, 137 dependências distribuídas em 16 salas de aula, 10 salas para Escola de Aplicação, 4 salas para o maternal, 6 salas para o Jardim de Infância, uma creche, auditório com capacidade para acomodar 500 pessoas, biblioteca e gabinete médico-dentário (CB, 29/10/1969, p. 10; RAMOS, 1990; PEREIRA, 2008; 2011). Diante da organização física da ENB, percebe-se a intenção de seus propositores de conciliar a teoria e a prática no processo de formação das normalistas. O arquiteto Germano Galler, responsável pela elaboração do projeto da Escola Normal de Brasília (ENB), confirma essa intenção quando diz que:

O projeto da Escola Normal de Brasília nasceu da necessidade sentida de integrar a sala de aula com a vivência do educando, permitindo que o meio ambiente trouxesse motivação real para uma aprendizagem eficiente e necessária (GALLER, 1990, p. 22).

Nesse sentido, “a Escola Normal não é simplesmente um núcleo estático de formação de professores, mas um núcleo de pesquisa e estudo da realidade educacional” (LIMA, 1966, p. 27). As aulas na sede definitiva iniciaram em março de 1970, tendo como primeira diretora Stella dos Cherubins Guimarães Trois e a vice-diretora, Maria Conceição de Freitas Murat Gebaili.

A professora Daisy Collet de Araújo Lima, membro da comissão responsável pela elaboração do projeto, explica em seu depoimento, sobre a legislação que normatizou o funcionamento da Escola Normal de Brasília (ENB) naquele ano:

Nossa Escola Normal de Brasília, tão idealizada e finalmente concretizada, passou a ser regida, a partir de 1970, pelas Normas Regimentais para o Curso Normal Oficial, elaboradas pela Assessoria do Ensino Normal e aprovadas pelos Pareceres nº 59/69 e 38/70, do Conselho de Educação do DF (LIMA, 1990, p. 25).

A Escola Normal de Brasília começou a perder sua proposta original com a instituição da Lei 5.692/71, já mencionada anteriormente. Nesse período, começaram a surgir os cursos técnicos profissionalizantes de curta duração, com objetivo de capacitar os alunos para o mercado de trabalho, e, diante dessa mudança na educação brasileira, o funcionamento das Escolas Normais foi afetado, como explica Freitas (2013, p. 27):

Com a nova lei as Escolas Normais brasileiras deixam de existir, sendo substituídas pelas Habilitações Específicas de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau. As Escolas Normais que durante décadas foram responsáveis por formar professores e vista pela sociedade como espaço legítimo do saber, saía de cena para se tornar somente mais uma habilitação de magistério.

Devido às grandes mudanças que ocorreram no sistema educacional do país, a Escola Normal de Brasília sofreu alterações no seu projeto. O tempo integral foi reduzido para um turno, com o objetivo de diminuir gastos; houve um aumento significativo de alunos, sendo necessária a aplicação de provas de caráter classificatório para ingresso; os professores também foram prejudicados devido ao aumento da quantidade do número de aulas, em virtude da

permanência da jornada de trabalho de 40 horas semanais, que os impossibilitavam desenvolver outros projetos e também se dedicarem a capacitação profissional (PEREIRA, 2011). Os prejuízos causados à educação brasileira, durante o regime militar, também repercutiram na Escola Normal de Brasília (PEREIRA, 2011).

CONSTITUIÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA ANEXO À ENB

Inaugurado em 13 de outubro de 1971, o Jardim de Infância da Escola Normal de Brasília possuía 6 salas para atender crianças de 4 a 6 anos, em dois turnos (matutino, de 8h às 12h, e vespertino, das 14h às 18h). De acordo com reportagem publicada no Correio Braziliense (CB, 07/07/1971, p.15), o funcionamento estava previsto para o mês de agosto daquele mesmo ano, porém, ao analisar outros estudos, foi possível constatar que as atividades tiveram início em outubro, ou seja, dois meses depois do prazo anunciado pelo jornal (RAMOS, 1990; PEREIRA, 2008). Outra reportagem extraída do jornal Correio Braziliense (1973), intitulada “Todo mundo quer seu filho no Jardim da ENB” descreve:

Os pais de Brasília disputam uma vaga para os filhos de 4 a 6 anos no Jardim de Infância da Escola Normal de Brasília. Por que? A acreditar no que eles próprios informam e no que se baseia a orientação dada a Escolinha, tem razão os pais de Brasília. A criança observa, age e produz o que quer. O professor observa, orienta, com discricção, e leva a criança a produzir o que ela quer (CB, 19/02/1973, p. 8).

Esse trecho da reportagem atrelado ao título da mesma, aqui permite indicar que, talvez, muitos pais buscassem uma vaga para os seus filhos por conta da qualidade de ensino oferecida por este estabelecimento de educação pré-escolar. Ou, pelo menos, pelo que circulava sobre as práticas ali realizadas com as crianças. Também é possível perceber que essa qualidade estava associada à autonomia, à liberdade oferecida às crianças no desenvolvimento do trabalho pedagógico, sempre mediado pelas docentes.

No entanto, quando se trata de qualidade da educação, a realidade observada no Jardim de Infância da Escola Normal de Brasília é diferente da realidade encontrada na maioria das instituições de educação pré-escolar dessa época. De acordo com Campos, Fullgraf e Wiggers (2006, p.89), “a qualidade da educação oferecida nas instituições de educação infantil ficou em segundo plano neste período”, o que ocasionou problemas como o aumento da oferta de vagas nas pré-escolas, “muitas vezes colocando maior número de crianças por turma e/ou desdobrando o número de turnos de funcionamento diário” (CAMPOS, FULLGRAF, WIGGERS, 2006, p. 89).

O Jardim de Infância da ENB foi concebido para funcionar como um dos “centros permanentes de pesquisa e experimentação pedagógica” (PEREIRA, 2008, p.16), chamado de unidade – laboratório, jardim ou, também, laboratório pré-primário. Dessa forma, por meio dos estágios realizados, essa instituição atuaria como “fonte de aprendizagem viva” para as normalistas vivenciarem a prática pedagógica (PEREIRA, 2008, p. 22).

Pelo jornal é possível acompanhar as notícias da inauguração da Escola Normal e seus espaços para “creche, jardim de infância e uma unidade maternal”, quando Brasília formaria professoras “em número suficiente para o atendimento da população infantil” (CB, 07/03/1969, p. 2) e, que fazia frente, “a curto prazo, à demanda de professoras primárias no DF, evitando a contratação de mestras de outros centros do país” (CB, 10/01/1969, p. 2). Sobre a equipe pedagógica constituída para atuar nesse estabelecimento de ensino, a diretora Ivone Costa (1990, p. 40) afirma que:

Da elaboração do plano de funcionamento do Jardim, inaugurado em outubro de 1971, surgiu a necessidade de organizar uma equipe pedagógica formada por professores da ENB para, numa experiência pioneira, iniciar um trabalho de especialização em serviço, nas diversas áreas do conhecimento junto aos docentes que atuavam naquela Unidade e além disso, testar pela primeira vez urna administração escolar por equipe. Esta equipe denominada técnico- administrativa, tendo eleito corno melhor forma de dinâmica docente, a globalização de atividades, criou Unidades Vivenciadas que consistiam no desenvolvimento de ações centradas em interesses determinados pelas próprias crianças.

A professora Neide, que lecionou no Jardim de Infância da ENB na mesma década aqui investigada, fez um relato da sua experiência como docente nessa instituição. Em relação às horas ali trabalhadas, ela afirma que funcionava em regime de 40 horas semanais, divididas em 20 horas de trabalho em sala de aula e mais 20 horas de coordenação pedagógica.

Em suas memórias⁷, Neide ainda relembra o fato de que suas aulas também serviram como estágio para as normalistas da Escola Normal de Brasília (UNB), contando da seguinte maneira: “periodicamente as normalistas usavam nossas turmas para assistirem às aulas e também darem aulas práticas. Faziam observações e suas aulas eram avaliadas. Tudo era organizado e as aulas bastante produtivas” (NEIDE, 21/06/2020). A imagem a seguir (Figura 1) mostra a professora Neide com a sua turma do ano de 1974.



⁷ Tais relatos de memória aqui são compreendidos de acordo com o disposto por Pollack (1992), quando evidencia que a memória, no primeiro vislumbre, pode ser entendida como um fenômeno pessoal, individual, íntimo, todavia ela também precisa ser considerada, “sobretudo, como um fenômeno no coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLACK, 1992, p. 201). A memória, como demarca o autor, precisa ser enquadrada, problematizada, pois lidamos com lembranças que podem enfatizar ou obscurecer um ou outro aspecto do tema tratado, por diferentes motivos e, às vezes, sem ser algo premeditado conscientemente.

Figura 1 – Turminha da “tia Neide”, 1974**Fonte:** MEDEIROS, 21/06/2020

Atentando-se para o que Viana (2013, p. 2114) reforça sobre a fotografia e sua utilização como documento empírico, é pertinente explicar que a imagem constitui um texto – ainda que visual – e que a compreensão de sua representação se relaciona com “a natureza da linguagem fotográfica (certo domínio da técnica de produção fotográfica)” e “ao contexto histórico, no qual foram produzidas as imagens”, devendo estas ser analisadas e questionadas à luz de documentos complementares. Com esse raciocínio, é possível perguntar: o que essa fotografia nos informa, quando relacionada ao Jardim de Infância da ENB?

Primeiro, um número possível de meninos e meninas que faziam parte da turma – 18 crianças – ainda que outras pudessem ter faltado no dia em que se fez o registro fotográfico. Depois, a existência de uma padronização na vestimenta das crianças, o que classificamos como uniforme – ainda que, em dois modelos, um com jardineira e blusa e outro com camisa e shorts, e que não havia distinção entre meninos e meninas, mas com todos calçando tênis e meia.

Dialogando com o estudo de Ribeiro e Silva (2012, p. 578), é possível compreender o uniforme como uma “materialidade que educa e comunica”. Dessa forma, “ao se constituírem com símbolo e padronização, os uniformes foram considerados um elemento fundamental para a construção de um sistema educacional que postulava uma educação *igual para todos*”, ainda que se escondesse as diferenças (RIBEIRO, SILVA, 2012, p. 583).

Talvez o sentido do uniforme possa ir ao encontro do que a diretora Ivone Costa (1990, p. 40) menciona sobre o Jardim de Infância da ENB, quando pontua que era uma instituição “em que se procurava não tolher a liberdade das crianças” – podendo aqui relacionar com a importância do movimento – e que “em todas as atividades ela se sentia capaz de expressar sua criatividade em qualquer espaço físico, utilizando os mais diversos e inesperados materiais”. A foto a seguir (Figura 2) apresenta outra turma com sua professora.

**Figura 2** – Crianças do JI da ENB uniformizadas**Fonte:** MORRONE, 30/04/2020

Sendo uma fotografia colorida, é possível confirmar que o uniforme das crianças era nas cores vermelha e azul. A professora na foto é Therezinha. A imagem nos confirma que foram adotados dois modelos de uniforme, sendo o primeiro constituído por blusa vermelha de manga curta e short de cor azul. Esse modelo, por ser mais folgado, permite que a criança execute os movimentos mais amplos.

Já o segundo uniforme era composto pela mesma blusa vermelha, uma jardineira azul e ainda havia um bordado em vermelho, que pode ser a escrita do nome das crianças ou do próprio Jardim de Infância da ENB. Ao lembrar esse período vivido enquanto criança no Jardim da ENB, A.C. discorre sobre o uniforme: “A capa a gente usava para a apresentação do coral. A jardineira de mescla azul, a conga vermelha, meias brancas e camiseta vermelha eram do uniforme e de uso obrigatório” (A.C., 25/09/2020).

ORIENTAÇÕES PARA AS PRÁTICAS NO JARDIM DE INFÂNCIA: O OLHAR PARA OS MANUAIS E CADERNOS DAS CRIANÇAS

De acordo com Leite Filho (2008, p. 106), os manuais “são livros que enfocam atividades e formas de organizar a educação das crianças pequenas em turmas de creches, jardim de infância, escolas maternas e pré-escola”. Baseando-se nos estudos de Anjos (2016), esses documentos são entendidos como fontes históricas, pois apresentam indícios que ajudam a interpretar as práticas pedagógicas que eram desenvolvidas nas instituições de educação infantil na década investigada. Esses documentos costumavam tomar como referencial teórico autores estrangeiros, especialistas na área da educação, tais como: Montessori, Decroly, Froebel, Pestalozzi, entre outros (LEITE FILHO, 2008).

Segundo Leite Filho (2000, p. 4), Heloísa Marinho foi uma educadora brasileira reconhecida como referência na área da educação infantil, pois, durante a sua atuação profissional, desenvolveu várias pesquisas e trabalhos direcionados à criança pequena e ainda “planejou, organizou, estruturou e coordenou, em diferentes momentos de sua carreira, cursos de formação de professores”.

Heloísa é mencionada em uma reportagem do jornal Correio Braziliense, como palestrante de um encontro que foi realizado no Jardim de Infância 21 de abril, que contou com a presença de educadores ligados à educação pré-escolar. Heloísa Marinho é apresentada na reportagem como “incentivadora da educação pré-primária no Brasil”, sendo vice presidente nacional da OMEP (Organização Mundial de Educação Pré-escolar) e “autora de várias obras sobre o assunto” (CB, 09/10/1973, p. 7). Nesse sentido, a reportagem em questão pode servir como indício de que as obras dessa educadora tenham circulado entre as professoras dos jardins de infância de Brasília e, até mesmo, entre as normalistas da Escola Normal de Brasília (ENB).

A primeira diretora da Escola de Aplicação, Anna Bernarde da Silveira Rocha, exerceu a função de Diretora Geral do Departamento do Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura e prefaciou o livro *O currículo por atividades no Jardim de Infância e*

na escola de 1º grau (1978) (RAMOS, 1990). A diretora frisa que a obra em questão, escrita por Heloísa Marinho, “é um livro para cabeceira de professores. Objetivo, prático, rico de sugestões operacionais no desenvolvimento da educação infantil” (ROCHA, 1990, s.p).

Nota-se que a obra serve como um guia de orientações para o funcionamento e a organização dos trabalhos que devem ser realizados nas instituições de educação pré-escolar, pois a autora apresenta “ideias, pesquisas, atividades, experiências, organização das instituições, discussão de resultados das pesquisas por ela realizadas, planos e formas de organização das aulas” (MACHADO, 2015, p. 130). Machado (2015, p. 130), afirma que o livro de Heloísa Marinho pode ser analisado como uma “síntese das ideias” da educadora, pois os capítulos são “idênticos e similares às demais obras da autora”.

Por sua vez, Nazira Abi-Sáber⁸ é autora do livro *O que é Jardim de Infância*, com sua primeira edição publicada no ano de 1962. Pereira (2011) afirma que os professores do Curso Normal de Brasília participavam com frequência dos cursos e seminários promovidos pelo Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (PABAEÉ)⁹.

Esse mesmo programa, em parceria com o INEP, publicou “uma coleção de livros destinados à orientação dos professores primários, que teve ampla circulação entre docentes e alunos do Curso Normal de Brasília” (PEREIRA, 2011, p. 192). Ao citar os títulos publicados, Pereira (2011) menciona o livro *O que é Jardim de Infância*. É possível aventar, portanto, que esse manual tenha circulado entre as alunas da Escola Normal de Brasília, ainda na década de 1970, pois essa coleção foi publicada no final da década de 1960, especificamente no ano de 1968.

Na obra *O que é Jardim de Infância*, a autora trata sobre os objetivos do Jardim, quais os materiais, equipamentos e espaços necessários para o funcionamento dessa instituição, quantidade de crianças matriculadas, e ainda apresenta sugestões de atividades que podem ser utilizadas pelas professoras. Abi-Sáber (1963, p. 15) aborda a concepção de uma educação pré-escolar preparatória quando diz que: “o Jardim da Infância, a nosso ver, é a arrancada inicial e decide do sucesso ou do fracasso da criança na escola primária”.

De acordo com Machado (2015, p. 146), as obras de Abi-Sáber “ganham repercussão nacional”, e o livro *O que é Jardim de Infância* saiu “no Diário Oficial de fevereiro de 1970 e de 1971 como indicações para a leitura e trabalho do professor”. Essas publicações, e orientação de ser leitura indicada ao trabalho docente, novamente permite considerar que o livro de

⁸ Segundo Leite Filho (2008, p. 188), essa autora foi Conselheira Estadual de Educação em Minas Gerais, Membro da OMEP – Organização Mundial para a Educação Pré- Escolar, Técnica de Didática de Educação Pré-primária do PABAEÉ, Orientadora Geral das Classes Pré- primárias do Estado de Minas Gerais e fez curso de Educação Elementar na Universidade de Indiana, nos Estados Unidos.

⁹ De acordo com Leite Filho (2008, p. 189), O PABAEÉ – Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – constituía-se numa ação conjunta do governo federal, do governo de Minas Gerais e do governo dos Estados Unidos da América do Norte destinada ao aperfeiçoamento de professores. A sede do programa foi o Instituto de Educação de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Ainda sobre o PABAEÉ, Pereira (2011, p. 191) complementa que “(...) Entre outros, os cursos oferecidos destinavam-se a administradores de sistemas escolares, especialistas em Educação Primária; supervisores, diretores e professores de Escolas Normais; diretores e professores de Escolas de Demonstração e Experimentais, além de professores primários em geral”.

Nazira Abi-Sáber tenha chegado às aulas da Escola Normal de Brasília e às professoras que trabalhavam no Jardim de Infância anexo a ela.

Ao pesquisar por manuais para a pré-escola, na Biblioteca da Universidade de Brasília (BCE/UnB), foi possível encontrar a quarta edição do livro *Jardim de Infância – princípios gerais, direção de atividades*, de autoria de Foster e Headley (1967). A obra é composta por 24 capítulos que explicam detalhadamente os recursos necessários para o funcionamento de um Jardim de Infância, desde as normas gerais, como o processo de matrícula das crianças, até as dimensões corretas do mobiliário, os espaços e equipamentos adequados, organização dos turnos de funcionamento e planejamento das atividades. Logo no prefácio, as autoras pontuam que o Jardim de Infância:

(...) prepara oportunidades para as crianças pequenas viverem saudavelmente em grupo, mas, como suplemento, esforça-se em proporcionar a essas crianças experiências que as ajudarão a correlacionar e ajustar os conhecimentos obtidos através de experiências novas. Atualmente, conhecimentos e informações capsulares vem sendo lançados de todas as direções sobre as crianças e, por isso, o Jardim de Infância precisa estar mais do que nunca interessado em ajudar os indivíduos a encontrarem e a esclarecerem os significados por meio da vivência e da experimentação (FOSTER, HEADLEY, 1967, p. V).

Aqui entende-se que essa obra, além de ser destinada aos educadores interessados pela área, também pode ter sido indicada às alunas e aos alunos dos cursos normais. É pertinente ressaltar que, ao final do livro de Nazira Abi-Sáber, há uma bibliografia em inglês e, entre as produções listadas, está mais uma obra de Foster e Headley, intitulada *Education in the Kindergarten*. Sendo assim, esse pode ser considerado mais um indício de que os trabalhos dessas autoras serviram como referência para renomadas autoras brasileiras, dedicadas à área da educação pré-escolar. Outro indício vem de uma escrita feita a lápis, provavelmente por uma aluna da Escola Normal de Brasília (ENB), encontrada na primeira página do livro, que reforça essa indicação: “Somos da Escola Normal de Brasília. E você?”

Ainda que sem assinatura, a frase escrita na contracapa pode aqui ser interpretada como uma demonstração de um sentimento de identidade e de pertença à instituição (Escola Normal de Brasília) e, também, como uma certeza de que a obra circularia por outras mãos, que não somente das futuras professoras que ali estudavam e, por isso, a pergunta de onde essa outra pessoa/leitora seria. E isso acaba por dialogar com um trecho da escrita de Ferreira (1999, p. 353), quando ela aponta as características dos livros, sejam os de romance ou específicos do labor, que acabam se confundindo diante do “gozo da leitura”, do prazer indistinto daqueles que consideram o livro “um objeto de prazer, instrumento de trabalho, fonte de saber; normatizado em seu aspecto material e de conteúdo”. E, assim, “o livro singular era substituído pelo plural”.

Nesse sentido, a frase escrita na contracapa do livro de Foster e Headley (1967), permite demonstrar um apreço pela obra, uma indicação de que ela era um instrumento de trabalho das alunas da Escola Normal de Brasília, logo, também fonte de saber, mas que também era

plural, uma vez que sua circulação e leitura foi considerada como passível de ser acessada por outra pessoa, fora dos muros da ENB. E nos indica uma marca de leitura específica.

Outro documento em que se vislumbra orientações de funções dos jardins de infância, e que por isso permite aproximações com o da ENB, é o livreto *Os Jardins de Infância no DF* (GDF, 1972), que apresenta resumidamente um panorama sobre a constituição da educação pré-escolar no Distrito Federal (1959 a 1972); mostra imagens de crianças realizando atividades em diferentes espaços que compõe o Jardim de Infância e ainda destaca a função preparatória que essa instituição desempenhava na época, pois “favorece o êxito que o educando poderá ter no ensino de 1º Grau” (GDF, 1972, s.p). De acordo com o documento em questão, as atividades desenvolvidas pelos jardins de infância deveriam seguir as orientações dispostas no “Catálogo de Sugestões de Atividades para os Jardins de Infância do Distrito Federal”, elaborado pela Coordenação Técnica para assuntos do Pré-Escolar.

Ao analisar os manuais voltados para as professoras de educação infantil, descritos aqui anteriormente, foi possível constatar que várias propostas de atividades aparecem com frequência, tais como artes e suas diferentes formas de expressão (música, pintura, dramatização), jogos e brincadeiras, leitura e escrita, ciências naturais, entre outras.

De acordo com Heloísa Marinho (1978, p. 107), não é recomendado que no Jardim de Infância seja estabelecido um planejamento rígido das atividades, sendo importante que a professora deixe as crianças livres para fazer a escolha dessas atividades e materiais utilizados. Assim, “educa-se a criança ao organizar, por iniciativa própria, a sua própria atividade”. Sobre essa liberdade e autonomia, a diretora do Jardim de Infância da ENB relata que as atividades eram desenvolvidas “centradas em interesses determinados pelas próprias crianças (COSTA, 1990, p.40). Corroborando com essa ideia, na reportagem do jornal Correio Braziliense há uma foto de três crianças do Jardim de Infância da ENB, cuja legenda diz: “As crianças, em inteira liberdade, convivem e se divertem” (CB, 19/02/1973, p. 8).

Na obra, *O que é Jardim da Infância* (1963), Nazira Abi-Sáber, com objetivo de proporcionar um ambiente mais agradável, propõe que as salas de aulas dos jardins de infância sejam organizadas através de centros de interesses, tais como cantinho da leitura, centro de música, centro de artes, centro de jogos, cantinho de brinquedos, etc. De acordo com a reportagem do jornal Correio Braziliense, intitulada *Todo mundo quer seu filho no Jardim da ENB*, essa instituição oferecia atividades tais como formação espiritual, artes, recorte e colagem, pintura soprada, pintura no cavalete, música (valores musicais, bandinha rítmica, canto), leitura e linguagem escrita (alfabetização) (CB, 19/02/1973, p. 8).

Pelos cadernos escolares utilizados por uma das meninas do Jardim de Infância da ENB (Figura 3), no ano de 1974, é possível perceber indícios das atividades realizadas. A imagem a seguir demonstra a capa de dois cadernos de disciplinas específicas: Linguagem e Gramática, Comunicação e Expressão.



Figura 3 – Capas dos cadernos

Fonte: A.C., 2020 – Acervo da Pesquisa

As capas informam não somente a divisão de conteúdos de aprendizagem por disciplinas, não por atividades, e o nome das mesmas, como também deixam pistas da participação da criança em sua confecção. Foi a pequena A.C. que ilustrou as capas, o papel pardo amarelo e outro rosa, com desenho de casa, nuvens, árvore, Sol, flores, pássaros e borboleta. Percebemos que, no primeiro caderno, Sol e borboleta ganharam mais detalhes, enquanto no segundo chama a atenção o detalhe da casa, da árvore e flores. Esses dois últimos talvez possa ser explicado por ter sido utilizado canetinha, que deixa o traçado mais forte, além da cor. Mas a casa, com dois andares, é diferente da que foi desenhada no outro caderno.

Sem sabermos as datas de produção das capas, o primeiro olhar e organização visual delas aqui no trabalho, permite interpretar que o desenho de A.C., da casa, foi aprimorado no segundo caderno. Todavia, o que sabemos, pelas datas de bilhetes avaliativos deixados pela professora, é que o segundo caderno, com a casa de dois andares, foi o primeiro que A.C. completou, nos primeiros meses do ano de 1974. A partir do segundo caderno utilizado naquele ano, com o Sol sorridente, as casas de A.C., nas ilustrações feitas dentro do caderno também, seguem o mesmo traçado.

Grubits (2003), acostumada com pesquisas em que analisa desenhos infantis, em uma delas (com crianças de periferia e grupos indígenas), atentou-se para o tema “a casa”, porque esse desenho, segundo pontua, está imerso em significados e representações que estão relacionados com a cultura, a identidade, as instituições sociais – como a família. A autora demonstra como os desenhos diferem entre crianças de contextos econômicos, sociais e culturais diferentes, ainda que em uma mesma região. Nesse sentido, ela aponta que o desenho conta do objeto representado, dos instrumentos que o tornaram possível (lápis, folha, caderno, giz, tinta, etc.), como também diz do sujeito e do contexto em que ele vive.

Sendo ou não o desenho da casa nas capas dos cadernos um elemento simbólico ou que possa ser assim visto e interpretado, ou um artefato que nos permite uma aproximação com a cultura material escolar de determinado espaço e período histórico, aqui pode ser entendido também como um indício da prática docente, ao visualizarmos o recadinho deixado pela

professora: “seu primeiro caderno está um amor!!! Guarde-o com muito carinho. Veja o quanto você cresceu e faça outro, mais bonito ainda. Parabéns! Sua titia Sebastiana” (Caderno de Comunicação e Expressão, 31/05/1974).

Elogiar o capricho, incentivar a guarda, assinar como titia (uma alusão que cria intimidade familiar), podem ser vistos como métodos utilizados pela professora. E isso acaba por coadunar com o que escreve Viñao (2008, p. 24), quando se remete aos raros encontros de cadernos escolares por pesquisadores e historiadores que “são os seguintes: os dos melhores alunos; os encadernados para serem expostos; (...) os de capas esteticamente mais bonitas e os passado a limpo (não os de rascunho e, menos ainda, os de anotações pessoais do aluno)”. Os elogios, assim como o conteúdo ensinado, podem ser observados ao folhear os cadernos.

É possível indicar uma prática de reforço positivo utilizada pela professora, cuja intenção era fortalecer a permanência do cuidado com o caderno e que a criança continuasse melhorando no processo de aprendizagem. Lembrando que reforço positivo e negativo pode ser relacionado com ações recomendáveis pelos behavioristas como estratégias que, não somente promovem o fortalecimento de comportamentos desejáveis e enfraquecimentos dos indesejáveis como, podem ser utilizadas ao longo do processo educativo (VIOTTO FILHO et al., 2009; HENKLAIN; DOS SANTOS CARMO, 2013).

Os cadernos de A.C. apresentam-nos aspectos da cultura escolar, aqui entendida como “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos” (JULIA, 2001, p. 15). Percorrendo o caderno de Comunicação e Expressão, bem como o de Linguagem e Matemática, é possível identificar que as atividades de Matemática compreendiam contas de adição, subtração e resolução de pequenos problemas.

A forma como A. C. resolvia as questões chama atenção, pois ela utilizava desenhos para representar as quantidades. Na obra *A vida no Jardim da Infância* (1967), traduzida por Nazira Abi-Sáber, ao tratar sobre os conteúdos de Matemática que podem ser trabalhados nos jardins de infância de maneira informal, são relacionados conceitos como “habilidade de usar concretamente os números em relação a objetos, experiências e quantidades”, tamanho, forma, valor do dinheiro, data e hora (por meio do uso do calendário e do relógio), peso e medida, etc. (WILLS, STEGEMAN, 1967, p. 202). Ainda, como forma de ilustrar o trabalho com quantidades, é apresentada uma imagem que mostra os números 1, 2 e 3 sendo representados por uma flor, dois coelhos e três barquinhos, respectivamente.

Percebe-se que foi a mesma forma utilizada por A. C. ao resolver suas atividades, o que demonstra mais uma vez que, possivelmente, as professoras do Jardim de Infância da ENB tomavam esses manuais, ou outros semelhantes, como referencial pedagógico para preparar as suas atividades ou que essa prática de ensino, com representação, circulava nos cursos das Escolas Normais, onde eram formadas as professoras e, conseqüentemente, na Escola Normal de Brasília. Sobre o uso do desenho pela criança entre 5 e 6 anos de idade, Heloísa Marinho (1978, p. 41) diz que “é importante que já tenha descoberto o valor representativo do desenho, pois já começa a utilizá-lo como expressão do pensamento”.

CONCLUSÃO

A trajetória da educação infantil no país foi marcada por muitos desafios até ser reconhecida na legislação como uma etapa da educação básica (LDB 9.394/96). Sobre os manuais analisados, percebe-se que várias atividades descritas também faziam parte do currículo proposto pelo Jardim de Infância da Escola Normal de Brasília. Logo, é possível que esses documentos tenham circulado entre as professoras dessa instituição.

As professoras da pré-escola frequentavam cursos voltados para essa primeira fase de educação da criança na época e, entre esses cursos, atuava como formadora Nazira Feres Abisáber, que também foi tradutora e autora de manuais destinados às docentes do pré-primário. Isso demonstra que havia uma circulação – se não das orientações escritas nas obras – de práticas e teorias nos cursos de formação. Porém, constatou-se que existem poucos estudos que tratam sobre a Escola Normal de Brasília e sobre sua importância para a formação das professoras do pré-primário que constituiriam as equipes futuras nos jardins de infância do Distrito Federal, nos anos seguintes.

Vieira (1999) ressalta que existia a preocupação, entre as décadas de 1960 e 1970, de que crianças pequenas – entre 4 e 6 anos – já fossem alfabetizadas e preparadas para o ensino elementar. A mesma preocupação pode ser vista no livro *O que é o Jardim de Infância* (1963), quando reforça que o jardim que ditava o sucesso da criança na escola primária. É possível indicar que a mesma expectativa também ocorria no Jardim de Infância da Escola Normal de Brasília, visto que, pelos cadernos de A. C., observa-se o foco na leitura e escrita e que a criança aparentava já estar alfabetizada.

É claro que somente ter um caderno escrito não é prova *sine qua non* de que o processo de alfabetização estivesse completo, uma vez que também poderia ser somente uma habilidade de cópia da criança. Todavia, os ditados realizados pela criança e corrigidos pela professora, bem como outras respostas, permitem indicar que o trabalho da professora primária, que recebeu A. C. posteriormente, ou outras crianças do mesmo período e turma, deve ter sido mais fácil, no que concerne à alfabetização.

Ao analisar os manuais não foi possível encontrar recomendações sobre o uso de uniformes nos jardins de infância, mesmo nas imagens que os compõem, não há um padrão de vestimenta que possa ser indicado. Nos documentos oficiais encontrados ou no jornal *Correio Braziliense* também não comparece, até onde foi possível encontrar, nenhuma recomendação de uniforme. Nesse sentido, provavelmente a escolha de um uniforme é mais uma particularidade da instituição do que uma vestimenta que seja orientada em alguns dos manuais de pré-escola que circularam no período aqui investigado.

O tema aqui não se esgota, pois ainda é possível investigar sobre o funcionamento do Jardim de Infância da Escola Normal de Brasília nas décadas posteriores (1980, 1990 até os anos 2000, quando o prédio foi desativado) e perseguir mais elementos sobre a década de 1970. Fica o convite para pesquisas futuras...

REFERÊNCIAS

- ABI-SÁBER, Nazira Feres. **O que é Jardim da Infância**. Belo Horizonte: PABAE, 1963.
- A.C. Entrevista por escrito, disponibilizada digitalmente, realizada no dia 25/09/2020.
- AMARAL, Clara Ramthum do. **A formação do magistério primário nos primórdios de Brasília (1960-1964):** memórias de uma utopia possível. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos Anjos. O jornal “Correio Braziliense” como fonte para a história das culturas escolares em Brasília (1960-1971). In: **Fontes históricas em perspectivas situadas:** limiares de pesquisas e ensinabilidades em educação. Estela Natalina Mantovani Bertolotti; Tânia Regina Zimmermann [Orgs.]. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p.37-54
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Teorizando e apresentando fontes para a pesquisa sobre a história da escola e da escolarização do Paraná. In: SILVA, Eliane; SILVA, Sandra. (org.). **Metodologia da Pesquisa Científica em Educação:** dos desafios emergentes a resultados iminentes. Curitiba: Editora Íthala, 2016, p. 100-113.
- ANGOLA, Angelica Acacia Ayres. **Política para formação de professores:** a Escola Normal pública entre 1999 e 2003. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- BALDEZ, Etienne; GUIMARÃES, Livia de Avelar Andrade; TAVARES, Thaisa Teixeira. Inventariando fontes, construindo interpretações históricas: a creche e jardim de infância em Brasília (DF, 1960-1970). **Temáticas**, Campinas, SP, v. 31, n. 61, p. 81–115, 2023.
- BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. Notícias da pré-escola no Distrito Federal: apontamentos de Yvonne Jean (1960-1964). **Educar em Revista**, v. 37, p. e75364, 2021.
- BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. Três colunas do Jornal Correio Braziliense e os primeiros jardins de infância de Brasília: o provimento material solicitado (1960-1965). In: Andréa Bezerra Cordeiro; Gecia Aline Garcia; Ana Paula de Souza Kincheski; Júlia Naomi Kanazawa. (Org.). **A teia das coisas:** cultura material escolar e pesquisa em rede [recurso eletrônico. 1ed.Curitiba: NEPIE/UFPR, 2021, v. 1, p. 207-224
- BARBOSA, Najla Veloso Sampaio. **Formação de professores na Escola Normal:** da proposta curricular à prática educativa. 1997. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação)— Universidade de Brasília, Brasília, 1997.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. **Manual para os jardins de infância:** ligeira compilação pelo Dr. Menezes Vieira – 1882. Porto Alegre: Redes Editora, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 7 abr. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 15 ago. 2020.
- CAMPOS, Maria Malta. A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos em debate. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 126-142, Dec. 1999.



- CAMPOS, Maria Malta, FULLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 36, n. 127, p.87- 128, abr. 2006.
- CB. Ensino e Cultura. **Correio Braziliense**, Brasília, 09/10/1973, p. 07.
- CB. Escola Normal de Brasília estará concluída em cinco meses: obras iniciam agora. **Correio Braziliense**, Brasília, 07/06/1966, p. 9.
- CB. Escola Normal é inaugurada hoje. **Correio Braziliense**, Brasília, 29/10/1969, p. 10.
- CB. Escola Normal estará pronta em abril. **Correio Braziliense**, Brasília, 10/01/1969, p. 2.
- CB. Escola Normal inicia atividades em agosto. **Correio Braziliense**, Brasília, 07/03/1969, p. 2.
- CB. Jardim de Infância na ENB. **Correio Braziliense**, Brasília, 07/07/1971, p.15.
- CB. Todo mundo quer seu filho no Jardim da ENB. **Correio Braziliense**, Brasília, 19/02/1973, p.8.
- CHARTIER, Roger. Crítica textual e história cultural: o texto e a voz, século XVI-XVII. In: **Leitura e prática** – Associação de Leitura no Brasil, nº30. Campinas: ALB, Porto Alegre: Mercado Aberto, dez., 1997. p.67-75.
- COSTA, Ivone de Souza Rodrigues. Depoimentos. DF/SE. In: RAMOS, Cosete. (Org.) **30 anos do Curso de Magistério em Brasília** – 1960-1990, mimeo, 1990, p.22.
- FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. Bibliotecas de médicos e advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar. In: **Leitura, história e história da leitura**. Márcia Abreu (org). Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, São Paulo: Fapesp, 1999, p. 313-333.
- FOSTER, Josephine C.; HEADLEY, Neith E. **Jardim de Infância: princípios gerais**. Direção de atividades. Tradução: Daisy R. Wyllie. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 1967.
- FREITAS, Rosimeiry Gonçalves de. **A formação de professores infantil e anos iniciais do ensino fundamental: um estudo comparativo entre o curso superior de Pedagogia e o curso Normal de Magistério**. 2013. 65 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) –Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GATTI, Bernardete A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Caderno de Pesquisa**, n. 113, p. 65–81, jul, 2001.
- GALLER, Germano. Depoimentos. DF/SE. In: RAMOS, Cosete. (Org.) **30 anos do Curso de Magistério em Brasília** – 1960-1990, mimeo, 1990, p. 22.
- GDF. **Os Jardins de Infância no DF**. Fundação Educacional do Distrito Federal. Diretoria Geral de Pedagogia. Brasília, SEC, FEDF, 1972.
- GEBALLI, Maria Conceição de Freitas Murat. Depoimentos. DF/SE. In: RAMOS, Cosete. (Org.) **30 anos do Curso de Magistério em Brasília** – 1960-1990, mimeo, 1990, p.17-18.
- GINZBURG, Carlos. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

- GVIRTZ, Silvina. El discurso escolar a través de los cuadernos de clase. Argentina. 1930 y 1970. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras. Disponível em: <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/1366> Acesso em: dez. 2021.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Livreto**. Os jardins de Infância no DF. Secretaria de Educação. Fundação Educacional do Distrito Federal, Diretoria Geral de Pedagogia. Brasília: SEC/FEDF, 1972. Disponível em: <http://samudex.museudaeducacao.com.br/uploads/store/document/980/docimage/original-1163e0a453919383641e2068aa6d2e4c.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- GRUBITS, Sonia. A casa: cultura e sociedade na expressão do desenho infantil. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 8, n. spe, p. 97-105, 2003.
- HENKLAIN, Marcelo Henrique Oliveira; DOS SANTOS CARMO, João. Contribuições da análise do comportamento à educação: um convite ao diálogo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 704-723, 2013.
- HIDELBRAND, Armando. Depoimentos. DF/SE. In: RAMOS, Cosete. (Org.) **30 anos do Curso de Magistério em Brasília – 1960-1990**, mimeo, 1990, p.7.
- JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº1 jan./jun. 2001.
- KUBITSCHKE, Juscelino. **Porque Construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção Brasil 500 anos).
- KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- LEITE FILHO, Aristeo Gonçalves. Heloísa Marinho: Educadora de Educadoras na Educação Infantil do Rio de Janeiro. In: 23ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2000. **Anais**. Minas Gerais. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0209p.PDF>. Acessado em: 17 jul. 2020.
- LEITE FILHO, Aristeo Gonçalves. **Políticas para a educação da infância no Brasil nos anos 1960/1960**. 2008. 262 f. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2008.
- LIMA, Daisy Collet de Araújo. Depoimentos. DF/SE. In: RAMOS, Cosete. (Org.) **30 anos do Curso de Magistério em Brasília – 1960-1990**, mimeo, 1990, p.9.
- LIMA, Lauro Oliveira. **Treinamento do professor primário** (uma nova concepção da escola normal). Belo Horizonte: Editora do professor, 1966.
- MACHADO, Michele Varotto. **A Educação das crianças menores de 06 anos sobre a perspectiva de Heloísa Marinho, Nazira Féres Abi-Sáber, Celina Airlie Nina e Odilon de Andrade Filho: uma análise de suas ideias pedagógicas (1934-1971)**. 2015. 303 f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2015.
- MARINHO, Heloísa. **O currículo por atividades no Jardim de Infância e na escola de 1º grau**. Rio de Janeiro: Editora Papelaria América Ltda, 1978.
- MEDEIROS, Náíade. Brasília das Antigas que amamos muito. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/chiquinhodornas/?ref=share> Acesso em: 20 fev. 2021.
- MORRONE, Giuliana. “Tia Terezinha Loos, com meus amigos da alfabetização”. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_npRDrDnIl/ Acesso em: 14 fev. 2022.
- NEIDE. Entrevista por escrito realizada no dia 21 de junho de 2020 e disponibilizada digitalmente.

- NOGUEIRA, Gabriela Medeiros. ARRUDA, Kelly de Aguiar. GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Produções acadêmicas sobre cadernos escolares como fonte e objeto de pesquisa: levantamento de trabalhos apresentados em eventos nacionais e regionais. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Volume 10, número 22, p. 634-654, set.-dez. 2018.
- PEREIRA, Eva Wairos. Formação de professores para a escola moderna: a experiência inovadora de Brasília. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação – CBHE. Goiânia, 2006. **Anais**. Goiânia: CBHE, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Eva%20Waisros%20Pereira%20UnB.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- PEREIRA, Eva Wairos. Formação do professor primário para a escola moderna: A experiência inovadora de Brasília. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação – CBHE. Aracaju, 2008. **Anais...** Aracaju: CBHE, 2008. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/25.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- PEREIRA, Eva Wairos. Escola Normal de Brasília: a formação de professores na perspectiva da modernidade. In: PEREIRA, E. W et al (org.). **Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa 1956-1964**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 179-202.
- PINTO, Viviane Fernandes Faria; MULLER, Fernanda; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Entre o passado e o presente: Contrastes de acesso à educação infantil no Distrito Federal. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, e187179, 2018.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.
- RAMOS, Cosete. **30 anos do Curso de Magistério em Brasília – 1960-1990**. Cosete Ramos (org). Brasília: GDF; SE, 1990. Disponível em: <http://www.alfamemoria.com/uploads/store/document/48/docimage/original-3744045db6d2d59b987939e3c266e22d.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2020.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 18. ed. Revista e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da; SILVA, Maria Aparecida Alves. Jornal como fonte: uma das pontas do iceberg nas narrativas em História da Educação. **Cadernos De História Da Educação**, 13(1), 2014.
- RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 575-588, jul./set. 2012.
- ROCHA, Ana Bernardes da Silveira. Depoimentos. DF/SE. In: RAMOS, Cosete. (Org.) **30 anos do Curso de Magistério em Brasília – 1960-1990**, mimeo, 1990a, p.27.
- ROCHA, Maria de Lourdes Lima. Depoimentos. DF/SE. In: RAMOS, Cosete. (Org.) **30 anos do Curso de Magistério em Brasília – 1960-1990**, mimeo, 1990b, p.30.
- SALVIANO, Ana Regina de Melo. **Trajetória histórica da Escola Normal no Brasil e no Distrito Federal: em busca de seus fundamentos**. 1995. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação)— Universidade de Brasília, Brasília, 1995.
- SANTOS, Ana Caroline Alves do Amaral dos. **O Jardim de Infância da Escola Normal de Brasília: vestígios de uma prática**. 2020. 127 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.



- SCHEIBE, Leda; VALLE, Ione Ribeiro. **A formação dos professores no Brasil e em Santa Catarina: do normalista ao diplomado na educação superior** [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. 310 p.
- SILVA, Andréa Villela Mafra. A Pedagogia Tecniciста e a Organização do Sistema de Ensino Brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 70, p. 197-209, dez. 2016.
- SILVA, Viviam Batista da; CORREIA, António Carlos da Luz. Saberes em viagem nos manuais pedagógicos (Portugal – Brasil). **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 613–632, set. 2004.
- SOUSA, José Vieira. **Representações dos conceitos de educação e função social do professor no cotidiano da Escola Normal: a contribuição dos fundamentos da educação**. 1994. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 1994.
- TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, Aug. 2000.
- TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. p.195-199.
- TORRES, Maria Licia. **A formação de professores nos ISEs: uma experiência alternativa em questão**. 2007. 268 f. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- VIANA, Iêda. As fotografias escolares na pesquisa em História da Educação. In: XI Congresso Nacional de Educação, **Anais...EDUCERE**, PUC: Curitiba, PR, de 23 a 26/09/2013.
- VIDAL. Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)**. Tradução Florence Marie Dravet. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- VIEIRA, Livia Maria Fraga. A formação do profissional da educação infantil no Brasil no contexto da legislação, das políticas e da realidade do atendimento. In: **Proposições**, vol. 10, nº 1, mar, 1999.
- VIÑAO, Antonio. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: Eduerj. 2008, p. 15 – 33.
- VIOTTO FILHO, Irineu A. Tuim; PONCE, Rosiane de Fátima; ALMEIDA, Sandro Henrique Vieira de. As compreensões do humano para Skinner, Piaget, Vygotski e Wallon: pequena introdução às teorias e suas implicações na escola. **Psicol. educ.**, São Paulo , n. 29, p. 27-55, dez. 2009.

ETIENNE BALDEZ é professora adjunta da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FE/UnB e do PPGE-MP/FE/UnB) da mesma instituição.

E-mail: blb_etienne@hotmail.com